







DIREITOS TRABALHISTAS E TRABALHO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA: RESULTADOS DE PESQUISA


Labor rights and remote work in early childhood education during the pandemic: research results

Angela Scalabrin **COUTINHO**
Universidade Federal do Paraná
Departamento de Teoria e Prática de Ensino
Curitiba, Brasil
angelamscoutinho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3709-8561> 

Edna **LOPES**
Sindicato dos trabalhadores da Educação em Alagoas
SINTEAL
Maceió, Brasil
ednalnascimento7@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3447-6739> 

Lívia Fraga **VIEIRA**
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Administração Escolar
Belo Horizonte, Minas Gerais
liviafraga59@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9036-0151> 

Patrícia Vieira **TRÓPIA**
Instituto de Ciências Sociais
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Brasil
tropia@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0500-4978> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este texto apresenta a transcrição da *live* "Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa", organizada pelo Grupo de Trabalho 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos da Anped no âmbito da programação da "Anped Presente na Quarentena". Os dados apresentados são parte do relatório "Levantamento junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores de instituições que ofertam educação infantil", resultado da pesquisa desenvolvida pela ANPEd-GT07 em articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). O estudo objetivou conhecer, no contexto da pandemia da Covid-19, a percepção das lideranças sindicais da educação sobre o trabalho remoto e os direitos trabalhistas de sujeitos docentes da Educação Infantil, bem como, as orientações e as ações desenvolvidas pelas referidas entidades que representam os/as profissionais da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Direitos Trabalhistas. Trabalho Remoto. Pandemia.

ABSTRACT

This text presents the transcript of the live "Labor rights and remote work in early childhood education during the pandemic: research results", organized by Anped Working Group 07 - Education of Children from 0 to 6 years old as part of the "Anped Presente in Quarantine". The data presented are part of the report "Survey with unions, associations, movements and other entities that represent workers from institutions that offer early childhood education", the result of a survey carried out by ANPEd-GT07 in conjunction with the Inter-Forum Movement for Early Childhood Education Brazil (MIEIB). The study aimed to know, in the context of the Covid-19 pandemic, the perception of union leaders in education about

remote work and the labor rights of teachers of Early Childhood Education, as well as the guidelines and actions developed by the referred entities that represent Early Childhood Education professionals.

KEYWORDS: Early childhood education. Labor rights. Remote Work. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), organizou ao longo do ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, uma atividade *online* semanal denominada "ANPEd Presente na Quarentena". A cada quarta-feira é organizada uma *live*, com a duração média de 1 hora, com temas pertinentes ao campo da Educação no período da pandemia. Entre os meses de maio e setembro, as temáticas foram propostas pela diretoria e a partir de outubro pelas coordenações dos grupos de trabalho (GT), que compõem a associação.

Este texto apresenta a transcrição da *live* proposta pelo Grupo de Trabalho 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos, com o tema "Direitos trabalhista e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa". Os dados apresentados são parte do relatório "Levantamento junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores de instituições que ofertam educação infantil", resultado do estudo desenvolvido pela ANPEd em articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB).

TRANSCRIÇÃO DA LIVE

Angela

Olá, boa tarde, bem vindas, bem vindos e bem vindes à Live da Anped presente na quarentena. Eu sou Angela Scalabrin Coutinho, sou professora da UFPR e coordenadora do GT7 – educação de crianças de 0 a 6 anos.

Na tradução de Libras nós temos conosco novamente a Maria Eunice Celestino, a Nice da Universidade Federal do Litoral e teremos também, o Rhaul de Lemos Santos da Universidade Federal do Paraná. Antes de passar para o nosso tema específico da nossa *live*, eu não posso deixar de registrar o nosso inconformismo com a intensificação das necropolíticas no Brasil que seguem exterminando a população negra desde que essa chega ao mundo, como nós temos observado no caso das crianças negras e periféricas, com mais um caso de assassinato das duas meninas, da Emily de 4 anos e da Rebeca de 7 anos, que estavam brincando na porta de casa. Intensifica ainda este

nosso quadro de inconformismo o descaso do governo com a ascensão das mortes pela Covid-19. São quase 178 mil vidas perdidas que têm sido banalizadas por este governo, ou como temos dito, por este desgoverno que covardemente se isenta da responsabilidade por conter a pandemia. Aliás, o que nós temos percebido é que ele tem trabalhado na direção contrária, incentivando a flexibilização dos protocolos de prevenção e dificultando, também, a execução de um plano de vacinação para a população brasileira.

A nossa live hoje tem como tema “os direitos trabalhistas e o trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia” e vai trazer resultados de uma pesquisa. Vamos trazer alguns dados de um estudo que foi desenvolvido pela Anped, por meio do GT7, o GT que tem como título Educação das crianças de 0 a 6 anos e, também, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil, o MIEIB. Esse levantamento ocorreu no período de julho a agosto, depois teremos aqui uma contextualização deste ano e ele tratou mais especificamente de duas grandes, digamos assim, de dois grandes campos de questões. Um primeiro que buscava trazer alguns elementos sobre o perfil socioeconômico e outro que buscava trazer a percepção das lideranças das entidades de classe representativas das profissionais da educação - sindicatos, associações, de movimentos e muitas outras que estão assim organizadas, sobre o trabalho remoto e os direitos trabalhistas das profissionais da educação infantil no período da pandemia da Covid-19.

Eu quero aqui destacar a importância deste trabalho articulado entre a Anped, por meio do GT7, com o MIEIB nesta perspectiva de investigar um tema tão importante do ponto de vista da produção científica e da atuação política. Essas instituições, tanta a Anped-GT7 quanto o MIEIB têm uma longa trajetória de diálogos na perspectiva da defesa do direito de cada menino e cada menina do nosso país a uma educação pública gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, o que também inclui as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam na educação infantil. Portanto, a ação, que hoje nós vamos relatar um pouco para vocês, se soma nesta defesa.

Vamos começar com uma breve apresentação das nossas convidadas desta tarde. É breve, porque de fato todas têm um extenso currículo de atuação. Eu começo apresentando a Edna Lopes, professora especialista da educação básica pública em Alagoas e assessora técnica do Conselho Municipal de Educação de Maceió, é também dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Educação em Alagoas- SITTEA, membro do Comitê Estadual do Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil vinculado ao MIEIB, do Comitê Alagoas da Campanha Nacional pelo

Direito a Educação e é conselheira do Conselho Estadual de Educação de Alagoas. Edna seja muito bem-vinda. A nossa segunda convidada é a Lívia Fraga Vieira, que é docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em educação pela Université René Descartes, Paris 5 França. A Lívia estuda políticas educacionais e trabalho docente na educação básica, em especial na educação infantil. É vice coordenadora do GESTRADO, Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, um grupo bastante conhecido por todos no campo da educação, também é membro do Fórum Mineiro de Educação Infantil vinculado ao MIEIB. Muito bem-vinda, Lívia. A nossa terceira convidada é a Patrícia Vieira Trópia, que é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, realizou estágio sênior na Université Lumière 2, em Lyon na França. A Patrícia estuda sindicalismo e classes médias e preside a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, a ABET, e integra a Rede de Monitoramento de Reforma Trabalhista REMIG, E tem sido uma super parceira nossa também em todo este trabalho e essa discussão. Muito bem-vinda, Patrícia. Agora que nós já temos aqui conosco nossas três convidadas, nós vamos começar a nossa conversa. Cada uma delas vai trazer alguns elementos para nossa discussão e depois ao final nós vamos abrir para um diálogo com as questões que vocês tenham e nos encaminhem. Vamos começar então com a Lívia. E eu vou colocar alguns pontos que a Lívia vai desenvolver na sua fala inicial. A Lívia vai trazer para nós o contexto deste levantamento que foi desenvolvido, trazendo os elementos que mobilizaram essa proposição, como ocorreu esta articulação do GT7 com o MIEIB, quem o estudo ouviu e alguns dados que já apontam resultados da pesquisa. Lívia fique a vontade o tempo é teu.

Lívia

Queria parabenizar a iniciativa da Anped de fazer esta live, depois de um longo período de trabalho, do nosso grupo de trabalho Anped/MIEIB e cumprimentar a todas, todos e todes aqui, que eu já estou vendo presentes e eu espero que a gente tenha uma boa tarde de debates e discussão sobre esse tema. Eu vou apresentar esse levantamento sobre a incidência de medidas trabalhistas especificamente nos profissionais da educação infantil. Como a Angela já falou essa foi uma iniciativa em decorrência de um trabalho que o MIEIB também já vinha fazendo de levantamento dos impactos da pandemia nas secretarias da educação, nos conselhos de educação, e que geraram dois levantamentos anteriores. E se mostrou necessário que também

soubéssemos quais medidas, como que isso impactou do ponto de vista das medidas trabalhistas, das condições de emprego das trabalhadoras e trabalhadores da educação infantil.

Como a Angela já falou, foi composto por um grupo de trabalho da Anped e do MIEIB em junho de 2020 quando nós começamos a discutir um questionário fruto de uma proposta anterior do Comitê Diretivo do MIEIB, nós discutimos e elaboramos conjuntamente este questionário, fizemos um pré-teste e validamos o questionário que foi aplicado pela Plataforma *Googleforms* e disponibilizado no período de 25 de junho a 04 de agosto deste ano de 2020. Nós buscamos então o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE, da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (privados) e da CONFETAM que é uma Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público, para divulgação junto às suas entidades associadas. Além disso, todos nós envolvidos no trabalho – o MIEIB, os Fóruns estaduais e regionais da educação infantil mobilizaram os sindicatos das suas regiões, dos seus estados e associações também. Nós buscamos tanto os sindicatos e associações com filiados da rede pública e das escolas privadas. Nós tivemos 155 retornos. E destes, 123 foram validados, porque nós escolhemos justamente aqueles que tinham entre seus filiados profissionais da educação infantil.

O contexto todo mundo já sabe que é o da pandemia da Covid-19, isolamento social, suspensão das aulas e atividades presenciais, que foi praticamente imediata em meados de março, no Brasil. Segundo o levantamento da UNDIME (2020), mais de 60% dos municípios adotaram quase que imediatamente o ensino remoto. Então isso levou a que nós, professoras e professores da educação básica e do ensino superior nos defrontássemos com o desafio de fazer ensino remoto sem termos essa experiência anterior. Em pesquisas anteriores, como por exemplo do Gestrado (2020), foi mostrado que 90% dos entrevistados da educação básica não tinham experiência com o ensino remoto. Então vocês imaginam o desafio que foi isso.

Só para situar nós temos, de acordo com dados do Censo Escolar de 2019, 631.332 docentes e 208.164 auxiliares atuando na educação infantil. 67,3% e 73,4% dos/as docentes e auxiliares, respectivamente, estão vinculados às redes públicas municipais. São 25% de docentes nas privadas com fins lucrativos e apenas 8% nas conveniadas. Então, as trabalhadoras e trabalhadores da educação infantil são, sobretudo, funcionários das redes municipais de ensino. Entre os/as docentes, 72,5% têm vínculos empregatícios como efetivos são, portanto, concursados, 24,4%, e é bastante alto isso, é contrato temporário e 2,5% são contratos CLT, só para a gente

contextualizar e é sobre este público que nós buscamos saber qual a incidência nas questões trabalhistas.

Das entidades que responderam, as 123, 60% têm abrangência municipal sendo que todas têm filiados da educação infantil. E esses filiados da educação infantil têm vinculação majoritária com as redes municipais. 13% das entidades respondentes representam profissionais das instituições privadas. O número de filiados/as é variável, mas a maioria dos sindicatos e associações que responderam têm entre mil e dez mil filiados/as, sendo que 77% representam professores/as e outras categorias e funções: supervisores/as, diretores/as, auxiliares docentes, administrativos e serviços gerais. Apenas 14%, quase 15%, tem como filiados apenas professores. Em geral essas entidades abrangem área urbana e rural e alguns, dependendo da localização, incluem também territórios indígenas, quilombolas, assentamentos, populações ribeirinhas, povos da floresta.

As principais formas de comunicação com os/as filiados/as, nós perguntamos isso, é nessa ordem: pelo *WhatsApp*, depois a página no *Facebook*, e-mail, *lives*, muitos também, disponibilizaram telefones para apoio diversos, desde apoio psicológico, apoio jurídico, apoio social, feito pelo telefone e por *Instagram* também.

Eu estou sendo super rápida, buscando apresentar de uma maneira bem panorâmica os dados mais relevantes do nosso levantamento. Nós perguntamos, inicialmente no questionário algumas questões de identificação da entidade, dos respondentes, da raça, cor, gênero. Então a maioria que respondeu foi pessoas brancas; a maioria dos respondentes são mulheres, mais mulheres, embora muitos homens também responderam. Apesar da categoria docente ser majoritariamente feminina a gente tem uma representação, assim como uma força, muito grande masculina. Então nós perguntamos de forma a dar um perfil dos respondentes, onde que estas instituições atuavam, como a gente já viu a maioria no urbano, a maioria atendendo não só docentes, mas outras funções e categorias dentro da educação, dos profissionais da educação.

Nós perguntamos depois quais foram as principais medidas trabalhistas que apareceram neste período da pandemia. Qual foi a maior frequência destas medidas que incidiram sobre os docentes? Principalmente, antecipação do recesso, 35% respondeu, antecipação de férias, congelamento salarial por tempo determinado. Essas foram as três medidas que tiveram uma frequência maior, mas em seguida aparece na faixa dos 18% e 15%: cancelamento de contratos temporários, que aparece 18%,

retirada de auxílio transporte, suspensão temporária de contratos de trabalho e redução de jornada de trabalho.

Essas medidas, a Patrícia depois vai falar em seguida ou a Edna, elas incidiram de forma diferenciada nas etapas de ensino e se eram profissionais das redes públicas, inclusive municipais como nós já vimos, ou se eram professores e professoras das escolas da rede privada. Então tem diferença na incidência dessas medidas conforme as etapas. Nós perguntamos em qual etapa se observou maior impacto das medidas. E foi na educação infantil que se observou o maior impacto das medidas, seguidas pelos que atuam no ensino fundamental. 50% respondeu o que o impacto foi o mesmo para todos, mas um terço dos respondentes, quase 25%, declararam que o maior impacto foi na educação infantil. Em seguida, 7% foi no ensino fundamental, nos anos iniciais. E foi muito menos percebido nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O que nos leva também a concluir que aquelas profissionais que trabalham mais diretamente com a infância, com as crianças pequenas foram as mais impactadas. E, também as que têm vínculos com empregadores privados, os convênios. É sensível a diferença entre os trabalhadores e trabalhadoras da educação infantil, pois foram mais impactadas nas privadas, conveniadas ou com fins lucrativos. E quais foram as maiores dificuldades vividas pelos profissionais filiados de acordo com as maiores frequências que foram observadas? Em primeiro lugar, 62% afirmaram que foi o aumento de horas diárias de trabalho. Então isso foi uma percepção. O não fornecimento pelo empregador de apoio, desde apoio psicológico, apoio tecnológico, infraestrutura para o trabalho remoto, a inexistência de formação para o uso das tecnologias digitais e mídias diversas, a compatibilização de trabalho doméstico com trabalho remoto. Essas quatro tiveram uma frequência muito alta. A gente sabe que a categoria docente, ela é majoritariamente feminina. Na educação infantil ela é praticamente 100% - na creche é 97%, 95% na pré-escola. E nós sabemos também que as mulheres se ocupam muito dentro de casa com as tarefas domésticas. A organização de materiais para público de educação especial foi sentida como grande dificuldade, como também o excesso de tarefas em casa com crianças pequenas em idade escolar e com idosos. Essas foram as dificuldades que apareceram com maior frequência. Essas dificuldades são compatíveis, também, com resultados de outras pesquisas que foram feitas no período. As pesquisas do Gestrado sobre trabalho docente na pandemia nas redes públicas e nas escolas privadas, tem também a pesquisa da Fundação Carlos Chagas com a Unesco, a pesquisa da UNDIME, e outras que convergem para estes resultados. A maioria entrou em trabalho remoto, não tem experiência e tiveram muito pouco apoio em termos de

formação. Além disso acumularam horas de trabalho, porque o trabalho foi intensificado neste período.

Bom, estes são os resultados que nós apresentamos e a Patrícia e a Edna vão discutir as diferenciações por redes, por vínculos trabalhistas onde se deu mais isso e, também, a gente fez uma discussão, inclusive isso motivou o convite da professora Patrícia Trópia, uma discussão sobre a sindicalização das profissionais, das docentes e dos docentes da educação infantil. Como isso acontece, quais são as dificuldades para a gente entender melhor este contexto da nossa pesquisa, do público que foi alvo do nosso levantamento. Eu espero que eu tenha cumprido os 15 minutos, não tenha passado do tempo.

Patrícia

Muito obrigada Angela, muito obrigada às colegas do MIEIB e do GT7 da Anped por este privilégio que me concederam de participar da pesquisa quando a pesquisa, a fase do levantamento de dados, já estava feita. Mas foi um convite muito especial da minha queridíssima amiga e colega de Ana Lúcia Goulart que espero esteja aí nos assistindo. Eu então passei a ter contato, a conhecer a pesquisa que vocês tinham feito e foi justamente a qualidade e um certo caráter inovador da pesquisa que me atraiu, eu ingressei no grupo e agora estou tendo este privilégio de discutir com vocês. Então eu que tenho que agradecer muitíssimo.

Eu vou responder a segunda pergunta para chegar na primeira justamente para valorizar a importância da pesquisa que foi feita.

Como todos sabemos a pandemia impôs o isolamento social. E as políticas que foram adotadas pelos governos brasileiros, em todos os âmbitos, elas nos colocaram pesquisadores, professores, sindicalistas em estado de alerta.

Enquanto os governos municipais, nem todos, mas a grande maioria e parte dos governos estaduais iniciavam a busca do controle da doença, o governo federal se empenhava em negar, minimizar, tripudiar das famílias dos doentes, colocando em prática um desmonte do Ministério da Saúde e produzindo uma espécie de genocídio que hoje, com a discussão da vacina, mais claro fica. Além de várias medidas desprotetivas do desgoverno, duas medidas provisórias são importantes para a gente entender os resultados da pesquisa: a medida provisória 927 e a 936, que vão alterar as relações de trabalho durante a pandemia, vão permitir a flexibilização da jornada,

redução de salário, antecipação de férias, estabelecimento de férias compulsórias, o teletrabalho, trabalho remoto entre outras mudanças.

Essas duas medidas provisórias, uma delas inclusive vai se transformar em lei, o impacto delas no cotidiano do trabalho e, principalmente, na educação que é o que nos traz aqui, nos colocou, nós pesquisadores, todos em alerta. Nós então fomos a campo para captar o impacto da pandemia e o impacto destas políticas no cotidiano do trabalho envolvendo e relacionando a saúde do trabalhador com as condições materiais de sobrevivência. A primeira grande pesquisa, visando captar as mudanças no mercado de trabalho e nas condições de trabalho, foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que imediatamente, de forma inovadora e pioneira, cria a famosa PNAD-Covid. Ou seja, uma PNAD, uma pesquisa por amostra nacional de domicílio voltada a captar tanto as mudanças no mercado de trabalho com o desemprego, aumento da informalidade, suspensão de contrato, redução de jornada, de salário, quanto as questões vinculadas à saúde propriamente dita. O IBGE foi fantástico, porque não teve medo de inovar quando decidiu, por exemplo, fazer a pesquisa por telefone.

Nós sabemos que a pandemia colocou quase 8,2 milhões de brasileiros em teletrabalho, segundo a pesquisa PNAD-Covid, a maioria é de mulheres e com nível de escolaridade superior. Um grupo de pesquisadores da REMIR, que é a Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista, uma rede de pesquisa que eu estou envolvida, vai realizar uma pesquisa bastante interessante: trabalho em home office no contexto da Covid-19. O IBGE fez uma pesquisa com os seus trabalhadores chamada Teletrabalho em tempos de pandemia: avaliação do impacto entre os trabalhadores do IBGE. Já o DIEESE até hoje fez duas grandes pesquisas, uma com bancários e outra com a Petrobras. A ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, está fazendo uma pesquisa sobre teletrabalho e trabalho remoto com a base da CUT de São Paulo. E o Gestrado da UFMG com a CNTE realizaram uma pesquisa sobre o trabalho docente na pandemia e é uma pesquisa super importante porque ela dialoga diretamente com a pesquisa que foi feita pelo MIEIB e o GT7 da Anped.

Essa pesquisa ela revela vários problemas específicos vividos pelos/as profissionais da educação infantil na pandemia, por exemplo, um a cada dezessete profissionais da educação infantil realizaram o trabalho remoto na própria escola, porque não tinham condições de fazer este trabalho em casa. Os/as professores/as da educação infantil foram os que mais realizaram a gravação de vídeos aulas, tendo sido indicada por mais de metade dos participantes, muito mais das chamadas aulas ou atividades assíncronas. Os/as profissionais da educação infantil foram aqueles que mais

tiveram, comparativamente aos demais da educação básica, suporte para o desenvolvimento das atividades remotas.

Então nós já tínhamos algumas informações importantes, já tinha acendido a luz vermelha sobre os problemas que os professores da educação infantil vinham passando e a nossa pesquisa vai captar um cenário ainda mais grave, porque a nossa pesquisa ela inova em dois aspectos. Primeiro porque ela é uma pesquisa feita não com os professores que estão em home office, o que seria interessante e inclusive poderia ter haver uma segunda fase ou uma segunda onda da pesquisa, mas ela foi feita com os sindicalistas e o fato dela ter sido feita com sindicalistas trouxe problemas, dramas que talvez a gente não teria captado se a pesquisa fosse feita diretamente com as profissionais da educação infantil. Uma das questões, uma das inovações, é que a pesquisa procurou captar as dificuldades profissionais, as dificuldades trabalhistas, as mudanças que os profissionais da educação infantil tiveram em função daquelas medidas provisórias e de medidas políticas que foram tomadas pelos governos municipais predominantemente, mas também pelo governo estadual e pelo governo federal.

Uma outra questão muito importante é que a nossa pesquisa, ao procurar saber das entidades sindicais, das entidades representativas dos profissionais da educação infantil quais eram os problemas que sua base estava enfrentando - e é algo inclusive que a Edna vai chamar atenção com mais tempo - nós encontramos uma série de problemas, ou seja, sindicatos que muitas vezes não tinham informação, que não deram retorno o que alertou a nossa equipe, alertou o grupo de pesquisa a pensar que talvez houvesse aí um problema da representação dos profissionais da educação infantil nessas entidades. Isso então não é muito novidade para nós, porque quem estuda o sindicalismo docente de uma forma geral e o sindicalismo da educação infantil já sabe que o sindicalismo docente ele é, em geral, mais tardio que o sindicalismo, por exemplo, do operário. É principalmente após a Constituição de 88, em função de uma década muito importante para o sindicalismo brasileiro que são os anos 80, quando nasce o chamado novo sindicalismo, que muitas associações docentes, aquelas associações fundamentalmente assistenciais que tinham uma função de recreação, de lazer, mas não tinha uma função de reivindicação propriamente dita, é nessa década que muitas destas associações se transformam em sindicatos. E algumas dessas associações elas se transformam em sindicatos de docentes, em outros casos em associações de trabalhadores da educação ou então os trabalhadores da educação ingressam no

chamado sindicatos de serviços públicos, sindicatos de servidores municipais, estaduais e federais.

Então o espectro de sindicatos, de entidades que representam a educação infantil é muito plural, é muito heterogêneo, porque nós temos sindicatos que são gerais da educação, ou seja, de docentes. Nós temos sindicatos que são de servidores públicos que representam docentes, mas também outras categorias e outros/as profissionais do serviço público, como, por exemplo da saúde.

Mas nós temos também alguns sindicatos e um deles, que é um sindicato muito importante na história do sindicalismo da educação infantil, que é o SEDIN, de São Paulo.

Esse espectro, esta pluralidade de sindicatos, na verdade, revela um desafio que está colocado e que a nossa pesquisa captou, que na verdade muitas vezes é importante para os/as profissionais da educação infantil participar das lutas mais gerais, seja da educação, seja dos servidores públicos, mas ao mesmo tempo acontece de as pautas específicas da educação infantil ficarem diluídas e, muitas vezes, secundarizadas nas reivindicações dos sindicatos. Tem uma importantíssima pesquisa realizada, e aí eu vou finalizando, pela Joseane Búfalo, uma doutora pela Unicamp. A pesquisa dela está disponível. A Joseane Búfalo justamente investigou a atuação das profissionais da educação infantil no Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas e ela mostra exatamente por um lado a dificuldade do sindicato de incorporar, de compreender a especificidade da educação infantil, muitas vezes de compreender estas profissionais como tal, ou seja, não como meras cuidadoras, mas como profissionais com direito à qualificação e equidade de salário e de carreira, da mesma forma que as outras profissionais. Enfim, ao mesmo tempo que ela mostra a dificuldade que as profissionais da educação infantil têm de se fazer representar nestas entidades, ela descobre exatamente que é esta dificuldade que faz com que centenas de profissionais da educação infantil ingressem, se integrem e lutem no cotidiano para que os sindicatos assumam estas pautas e os problemas da educação infantil. Eu passo então para a Edna que agora vai desenvolver um pouco mais e a gente pode voltar nos dados da pesquisa, justamente, no debate. Obrigada, Ângela.

Angela

Imagina, querida, eu que agradeço, depois a gente volta nos dados sim, a gente ainda vai ter um tempo no momento do debate, então relembro que as pessoas que

além dos comentários que têm vindo, os elogios as falas, coloquem as suas perguntas para que a gente possa depois retomar no momento de diálogo com as nossas convidadas. Só quero destacar também, a Patrícia citou um conjunto de estudos, depois a gente vai disponibilizar os *links* destes estudos, assim como o relatório desta pesquisa a gente pretende disponibilizar já na próxima semana, acompanhem nas redes sociais e no site da Anped, que é onde a gente consegue socializar esta informação. Então vamos passar para a Edna, que vai trazer para nós um pouco dessa discussão acerca desta diversidade que a Patrícia já nos anuncia. Os dados mostrados pela Lívia já apontavam, a Patrícia os reafirma e a Edna, que é quem vive o sindicalismo na pele, no dia a dia, vai trazer para nós, também, estas informações e tratar a próxima questão. Tendo em vista esta diversidade de profissionais que atua na educação infantil, com a gente pode pensar numa pauta de direitos e de valorização docente na área educacional que tem sido uma luta constante? E como que tu vê a relação da pesquisa, dos movimentos sociais e do sindicato, que foram três dimensões que para nós ficaram bastante identificadas e visíveis nesta relação, neste levantamento? Muito obrigada, seja bem-vinda e o tempo é teu.

Edna

Eu que agradeço! Vocês imaginem o que é estar no meio de pesquisadoras que têm toda uma habilidade com isso e a gente assim no chão do trabalho no sindicato, no chão do trabalho com a escola e com os movimentos, dar esta contribuição. Então agradeço muitíssimo esse olhar para este trabalho, para o nosso trabalho, que foi muito importante, e estabelecer estes diálogos foi muito importante também. Agradeço muito a quem não me deixou desistir, bem que eu quis desistir na metade do caminho, falei "gente eu estou exausta eu não consigo mais", tinha muita coisa, mas tinha sempre uma companheira que falava "vem cá", Ana Lúcia, Adelaide, todo mundo, "não você tem que vir com estas informações para a gente deixar mais próximo". Então começo agradecendo já e dizendo, também, desse momento de luta nosso agora com a questão do FUNDEB, olha nossa hashtag do FUNDEB PRA VALER, nós estamos no meio desta luta, que é uma luta de todos nós da educação, que é a questão da regulamentação e não pode ser uma luta minimizada, é uma luta geral, que é crucial para o nosso trabalho, para a nossa vida de trabalhadoras e trabalhadores na esfera pública, e toda a questão da educação básica.

Eu quero um pouco pensar nesta questão que Angela traz e dizer dos desafios que foi conseguir estas respostas do relatório, que está colocada nas tabelas que Lívia apresenta no primeiro momento, estas questões, a dificuldade mesmo que a gente obtivesse estas respostas. A Patrícia já colocou um pouco desta dificuldade que nós tivemos. Mas eu quero dizer que essas pautas ligadas a essa diversidade, primeiro a gente tem que dizer que todos, sindicalistas ou não sindicalistas, trabalhadores na esfera pública ou privada precisam entender que não se pode abrir mão de uma luta que já é uma pauta nossa. Por exemplo, essas pautas de reivindicação, estas pautas de luta estão nos planos de educação, está nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, pelas nossas lutas como trabalhadores da educação. Então para começo de conversa estas pautas estão garantidas em lei, mas isto não quer dizer que isso está efetivado. Entre uma lei aprovada, promulgada, a gente está vendo agora essa luta com a questão da regulamentação do Fundeb. Garantir o Fundeb na Constituição foi fundamental, mas agora garantir uma regulamentação que não desmonte tudo aquilo que a gente construiu é também muito importante.

Então para começar estas pautas das trabalhadoras e trabalhadores de um modo geral, e do que a gente está falando aqui diretamente, dos/as trabalhadores/as da educação infantil é não desconhecer que isso é fundamental: entender que as pautas estão lá, nós somos uma categoria que ganha muito abaixo de várias com a mesma formação e isso a meta está lá no plano e nos outros planos por tabela, estadual e municipal, está no plano nacional. Então, essa questão é fundamental. Entender que isso é uma questão de equilíbrio, de buscar esse equilíbrio entre as profissões neste sentido. Nós temos em muitos casos uma formação muito forte, muito potente e então a gente também luta para que isso seja reconhecido e valorizado, não um reconhecimento de discurso, mas um reconhecimento efetivo, de fato, que pode ser traduzido em um plano, que de certa maneira possa traduzir estas pautas de valorização.

Essa questão dos pisos, dos planos de carreira é fundamental para a gente entender. Nós vivemos aqui no estado, e aí eu quero situar meu sindicato nessa questão, nós somos um sindicato estadual, que tem representação de todos/as os/as profissionais da educação desde os professores, coordenadores pedagógicos, cargos, função de direção, nós todos somos professores em uma carreira que tem funções, mas também temos merendeiras e merendeiros, trabalhadores ligados à questão da limpeza e da manutenção da escola, auxiliares de sala, que é assim como é a nomenclatura dos profissionais que atuam na educação infantil, nas turmas de creche e pré-escola. Então

é um sindicato com uma média de vinte, um pouco mais, um pouco menos de 28 mil associados no estado de Alagoas e nós temos uma realidade de quase todos os municípios terem plano de carreira. Mas para isso se efetivar de fato, ser respeitada a carreira e a ser garantida a valorização, a luta é muito grande. Então ainda tem muito chão pela frente.

A questão do piso como referência, ele ainda de fato não se efetiva porque a gente está agora disputando palmo a palmo essa discussão com relação à questão da regulamentação do Fundeb, isso é uma ameaça neste projeto do Rigoni que está aí e a gente precisa estar atento para isso. Então, porque diante de tudo isso a gente precisa dos recursos para viabilizar planos, para viabilizar formação, não esquecer do tripé: formação, carreira e valorização, mas não é qualquer formação que a gente está dizendo, porque é preciso formação sim, isto é uma garantia, é um direito conquistado e a ser preservado e manter a luta por ele, mas não é a formação oferecida pelos grandes conglomerados, não é a dos sistemas da vida que vão colocar para a gente a formação que a gente precisa. E a gente viu na prática esta dicotomia, essa contradição de sindicatos que não têm uma atuação junto a questão da especificidade. Isto é um fato, que tem uma atuação no geral, mas um sindicato que consegue estar mais próximo dos movimentos populares, que está mais próximo como é o caso da ligação com os fóruns, com o fórum popular, com o MIEIB através dos fóruns locais é um sindicato que pode estar sintonizado com estas demandas dessa especificidade, que é a questão da educação infantil.

E a gente fala também desta especificidade, que isso pode ser também para as demais modalidades, para os demais campos. Estes sindicatos só vão ter uma atuação mais próxima se eles também estiverem mais próximos da sua base, se tiver os canais de ouvir as suas bases e poder saber destas demandas que estão colocadas para cada uma dessas especificidades. No caso da educação infantil a gente tem uma dificuldade e percebe, principalmente na conversa com nossos companheiros das redes privadas, a dificuldade de sindicalização. Porque mesmo podendo questionar o sindicato em várias esferas, não ser esse ser coletivo é uma questão extremamente relevante, de que a gente precisa estar pensando nisso. Quer dizer, se o sujeito não se reconhece um ser coletivo e se essa formação que está sendo trabalhada na perspectiva dele o individualiza cada vez mais, como é que este sujeito pode estar sendo este sujeito coletivo e contribuindo para este coletivo maior, que são as questões das especificidades onde ele atua?

Porque acontece muito de muitos companheiros nossos estarem atuando na educação infantil em uma rede e no ensino fundamental em outra, numa há outra questão. Então, para a gente entender estas pautas na pergunta de Angela, é estar atento a esse movimento como um todo e a segunda questão que ela colocou uma na outra, estas questões que a gente associa, como é que vê a pesquisa, o movimento popular, o movimento dos fóruns, os movimentos ligados a isso e mais o sindicalismo, a gente pode dizer da importância de um trabalho como esse, para que isto instigue mais e mais os movimentos a estarem atuando junto aos sindicatos. A questão dos coletivos é fundamental, quanto mais aproximar as demandas e a gente precisa aproximar esses coletivos das demandas gerais. Porque imagine que eu dou um exemplo assim para chegar mais próximo do que a gente diz e já está finalizando, pense num sindicato com uma base de 28 mil associados para pensar as especificidades dessas questões e a gente já na nossa perspectiva minhas companheiras e companheiros pesquisadores, nós já avançamos nesta perspectiva que não é um sindicato da especificidade, mas é um sindicato do ramo da educação. Nós somos um sindicato da educação e a gente precisa respeitar as especificidades sim, por isso essa luta de que esse sindicato precisa estar próximo de onde está a demanda e a demanda está no movimento popular, a demanda está no movimento das mulheres, na luta por creche, no movimento feminista? É nesse lugar que tem que estar os sindicatos também, não é fora deles. Esse movimento é de ida e volta, não é um sindicato encastelado lá nas pautas gerais do povo que isso é muito importante, isso já é muito, quando alguém diz que o sindicato visa o salário, ora ele é a nossa subsistência, é o que garante a subsistência de cada um de nós e pauta não seria menos importante para cada um de nós se é sindical ou de valorização, não é isso. É isso, mas também tem todo um conjunto da luta do povo brasileiro e das especificidades que a gente precisa estar perto. Então acho que para começo de conversa e a gente depois vai para o debate, estamos à disposição.

Angela

Edna muito obrigada, como sempre suas falas são muito pertinentes, sempre nos mobilizam e criam nas pessoas esse desejo muito grande de entrar no debate, está todo mundo comentando aqui da importância da tua fala. Acho que tu trazes dois aspectos que a gente não pode esquecer neste momento, que é a luta coletiva e a defesa do Fundeb, nos termos que ele já tinha sido aprovado enquanto lei e nenhuma

forma de regulamentação que retroceda nestes direitos, que já estão previstos constitucionalmente. Então muitíssimo obrigada por esta lembrança e a gente vai avançar.

Para o nosso momento de diálogo tínhamos pensado em fazer duas rodadas de fala das participantes, mas a gente também decidiu aqui, internamente, que é fundamental abrir este espaço de diálogo, então eu só vou trazer aqui para vocês, para a Edna, para a Livia e para a Patrícia, alguns comentários e na sequência eu vou pedir para a Patrícia recuperar aqueles dados que ela havia mencionado na tabela, porque justamente esses dados vão ao encontro de uma das questões que já apareceram. A Luciana Esmeralda Ostetto, também nossa companheira do GT e do movimento social, parabeniza a Anped/MIEIB pela pesquisa, pelo compromisso com as infâncias com a educação infantil, com as profissionais. A Soeli Pereira, que também é companheira lá do MIEIB, da Anped, do Comitê Diretivo do MIEIB, também chama atenção do quanto os dados da pesquisa revelam essa realidade da violação de direito das trabalhadoras da educação infantil, além da invisibilidade da categoria quanto a escuta das mesmas nas possibilidades de decisão. Estas ponderações da Soeli, vão inclusive na mesma direção do que a Patrícia mencionou dos diferenciais deste estudo e do quanto seria interessante pensar em uma continuidade, talvez, agora a partir da escuta das lideranças sindicais, também considerar a escuta das profissionais, como outros estudos já vem fazendo, mas da importância de a gente investir nessa escuta. A Maria Luiza Flores, a Malu, chama a atenção também para a pertinência das colocações e do quanto o contexto de trabalho das educadoras da infância que já era frágil, se agravou nesta pandemia. Eu acho que este também é um dado importante aqui para a gente considerar. A Edna Golini destaca a importância da fala da Edna Lopes, no sentido de reciprocidade, de se encontrar na sua fala e a Josefa Conceição, que deve ser sua companheira, também chama a atenção aqui para a importância da pesquisa e muito orgulho da tua fala, uma fala brilhante e com muitas contribuições para a realização do trabalho.

Nós temos duas perguntas, talvez até tenhas mais, eu vou voltar lá no *chat*, mas neste momento o que eu consegui buscar lá do que já foi trazido durante as falas de vocês. Uma questão que remete um pouco para quais são as referências que a gente poderia indicar em termos de discussão, referências bibliográficas sobre a discussão de representação e compreensão da fala da realidade dos direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia? Ai eu acho que as três tem contribuições para dar pelos grupos de estudos, pelo que também as confederações

têm produzido e publicado não é Edna? As entidades sindicais têm publicado vários documentos, então aqui um conjunto de referências e, também, esta foi feita pela Cida Pires e Danielle Marques Vieira, ela pergunta que uma grande preocupação seria também a situação dessas profissionais que fazem parte das instituições conveniadas e que estão presentes em muitos municípios e assim ela usa o termo substituindo o poder público, e como elas estão invisíveis também na pesquisa. Eu acho que essa ideia da invisibilidade pode ser inclusive traduzida pelos dados que a Patrícia mencionou antes e que chamaram bastante a atenção pelo impacto de todas essas tomadas de decisão no período de suspensão das atividades presenciais, do impacto que teve para as profissionais que estão vinculadas as diferentes redes de ensino. Então, acho que a gente pode começar e inverter um pouco a ordem, a gente pode começar com a Patrícia que pode mostrar os dados, depois a Livia e a Edna também podem comentar. Eu só queria incluir uma outra pergunta que eu vi aqui agora e que talvez um bloco de três possa ser interessante e que é da Malu, ela diz que no Rio Grande do Sul, ela direciona a Edna, mas acho que se vocês quiserem comentar, que no Rio Grande do Sul tem municípios que fazem concurso para auxiliar de EI, com exigência de magistério, nem Conselho Municipal de educação, nem sindicato entrou na defesa dos profissionais exigindo os direitos e aí a quem recorrer? Então eu acho que eu a Malu quis dizer com exigência ou até sem a exigência do magistério. Em alguns municípios, inclusive, têm ocorrido sequer a exigência do magistério. Então eu vou pedir para vocês três fazerem comentários sobre estas questões e trazer os dados e o que mais quiserem e eu vou cuidando aqui do tempo, uns 5 minutos para cada uma. Está bem?

Patrícia

Obrigada, Angela. Eu tinha mencionado na minha fala e tem uma das perguntas que indaga sobre o impacto [das medidas trabalhistas] entre as instituições conveniadas. Essa tabela 1 é uma tabela sintética. Ela é muito importante porque ela capta os impactos das medidas trabalhistas por tipo de rede em porcentagem. Então nós fazíamos uma série de perguntas, por exemplo: em relação a parcelamento dos salários qual foi o impacto na rede públicas, nas instituições privadas, nas conveniadas e na rede pública federal que estavam representadas na pesquisa?

Tabela 1 - Frequência de medidas trabalhistas por tipo de rede (em %)

		Rede pública municipal	Instituições privadas	Instituições parceiras/ conveniadas	Rede pública federal
Parcelamento dos salários	Sim	7,70	76,50	33,30	
	Não	92,30	23,50	66,70	100,00
Atraso no pagamento dos salários	Sim	12,60	94,20%	66,70	
	Não	87,50	5,90%	33,30	100,00
Congelamento salarial por período determinado	Sim	38,50	70,60	33,40	33,30
	Não	61,50	29,40	66,70	66,70
Redução da jornada	Sim	35,60	82,30	66,70	
	Não	64,40	17,60	33,30	100,00
Redução de salário	Sim	15,40	88,20	33,3	
	Não	84,60	11,80	66,70	100,00
Redução da jornada e de salário	Sim	12,50	94,10	16,70	
	Não	87,50	5,90	83,30	100,00
Antecipação de férias	Sim	48,10	88,30	83,30	
	Não	51,90	11,80	16,70	100,00
Férias compulsórias	Sim	31,70	52,90	50,00	
	Não	68,30	47,10	50,00	100,00
Estruturação de banco de horas a serem compensadas posteriormente	Sim	23,10	70,50	16,70	
	Não	76,90	29,40	83,30	100,00
Retirada do vale ou auxílio transporte	Sim	32,70	76,50	50,00	33,30
	Não	67,30	23,5	50,00	66,70
Retirada do vale ou auxílio alimentação	Sim	16,40	41,2	16,70	33,30
	Não	83,70	58,80	83,30	66,70
Retirada do abono - gratificação de difícil acesso	Sim	26,90	35,30	16,70	33,30
	Não	73,10	64,70	66,70	66,70
Demissão	Sim	15,40	88,30	33,30	-
	Não	84,60	11,80	66,70	100,00

Fonte: ANPEd/MIEIB (2020)

Então como a gente pode perceber e aí eu coloquei inclusive em vermelho, o impacto é maior nas instituições privadas, ou seja, três quartos dos respondentes, dos sindicalistas respondentes, disseram que houve parcelamento de salário nas instituições

privadas e 33% nas conveniadas, 7,7% nas públicas. Atraso no pagamento de salários: 94% das conveniadas tiveram atraso no pagamento de salários; congelamento salarial por tempo determinado 70% nas instituições privadas, quase 40% nas instituições públicas; redução da jornada de trabalho 82% nas privadas, 66,7% nas conveniadas e 35,6% nas públicas. Redução de salário 88,2 % nas instituições privadas; redução de jornada e de salário 94% nas instituições privadas; antecipação de férias quase 50% na rede pública, 88,3% nas privadas e 83% nas instituições conveniadas. Férias compulsórias 50% das conveniadas, mais de 50% nas privadas ou particulares e 31,7% nas públicas.

Então essa tabela na última linha fala de demissão: 88,3 % dos respondentes disseram que houve demissão na pandemia nas instituições privadas.

Enfim, embora este seja uma tabela que mostra o impacto, a gravidade e como as medidas políticas desprotegeram e afetaram o cotidiano de trabalho e o cotidiano das famílias das profissionais da educação infantil, como a gente pode perceber o impacto é muito mais agravado e muito mais radical e ele afetou muito mais as profissionais das escolas particulares, em segundo lugar das conveniadas, em terceiro lugar instituições públicas municipais e federais.

A tabela 2 ela vai falar da frequência das dificuldades que os profissionais da educação infantil tiveram. E eu vou chamar atenção, destacar, que 62,2% dos respondentes disseram que foi alta a frequência de profissionais de educação infantil que tiveram aumento de horas diárias do trabalho docente.

Ou seja, esse é um dado muito importante da pesquisa, ele revela que 87% dos respondentes tiveram aumento diário das horas de trabalho e 62.2% tiveram altíssima frequência, ou seja, o ensino remoto na educação infantil teve inúmeras implicações, mas esta implicação do aumento de números de horas é um grande desafio porque o que nós estamos discutindo, quem está fazendo pesquisa sobre trabalho remoto, é essa ideia da sobreposição [entre tempo de trabalho e o tempo da vida] e como que a sobreposição de funções ou seja de aumentar a carga horária das profissionais da educação infantil que são, na sua maioria mulheres, com o trabalho doméstico acaba recaindo e colocando mais peso ainda sobre a jornada de trabalho. Então dos dados gerais este é um dos que mais chamam a atenção e que desafiam os sindicatos e nós pesquisadores a lutarmos não apenas pelo piso nacional, pela regulamentação da jornada de trabalho no trabalho remoto, mas principalmente colocarmos em nosso horizonte, pensando no futuro, a pauta da redução da jornada de trabalho para fazer frente a esta recessão e aos problemas que fatalmente nós vamos enfrentar nos

próximos meses e até anos. E aí eu passo a palavra para a Edna e a Lívia para elas complementarem aquilo que eu falei. Obrigada gente.

Tabela 2 - Frequência de dificuldades relatadas pelos/as profissionais em relação ao desenvolvimento de atividades remotas (em %)

Dificuldades relatadas	Frequências			Total		
	% Alta Freq.	% Média Freq.	% Baixa Freq.	Sim	Não	NR
12.1 Dificuldade de acesso aos meios digitais para desenvolver atividades remotas.	37,8	27,0	27,0	91,8	8,1	9,8
12.2 Inexistência de formação para uso de tecnologias e mídias diversas.	50,5	21,6	18,9	91,0	9,0	9,8
12.3 Necessidade de compatibilização dos trabalhos domésticos com o trabalho remoto.	50,5	20,7	20,7	91,9	8,1	9,8
12.4 Dificuldade para organização de propostas remotas para as crianças.	38,7	30,6	24,3	93,6	6,3	9,8
12.5 Dificuldade para organização de materiais acessíveis que atendam às demandas das crianças público da Educação Especial.	47,7	24,3	20,7	92,7	7,2	9,8
12.6 Excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas ou em idade escolar ou com idosos demandando cuidados.	39,6	22,5	22,5	84,6	15,3	9,8
12.7 Aumento de horas diárias de trabalho docente.	62,2	12,6	12,6	87,4	12,6	9,8
12.8 Informações e orientações pouco claras por parte da Administradora do Sistema.	38,7	23,4	22,5	84,6	15,3	9,8
12.9 Informações e orientações pouco claras por parte da Mantenedora.	36,0	21,6	22,5	80,1	19,8	9,8
12.10 Não fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação do teletrabalho.	54,1	15,3	14,4	83,8	16,2	9,8

Fonte: ANPEd/MIEIB (2020)

Lívia

Eu não teria a acrescentar o que a Patrícia já colocou porque o que as pesquisas realmente vêm mostrando é uma intensificação do trabalho docente neste período da

pandemia. Aliás é um processo que já vinha acontecendo por uma série de injunções das reformas educacionais exigindo cada vez mais dos trabalhadores da educação e responsabilizando-os diretamente pelos resultados das avaliações externas, culpabilizando os docentes pelos resultados, sobretudo no ensino fundamental e no ensino médio, mas que acaba rebatendo na educação infantil que começa a ter uma exigência de ter que alfabetizar cada vez mais cedo, porque temos que melhorar os resultados do IDEB etc. Isso já na pré-escola. Então essas questões vão colocando uma série de exigências gigantes de performatividade dos docentes, que rebatem na educação infantil e piora com a pandemia. Eu me lembro que eu participei de uma reunião, e a Patrícia estava também presente, sobre o adoecimento físico e mental de professores agora na pandemia. E um trabalho que me chamou muito a atenção, depois eu li, que se chama *A invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores da educação básica*. É uma pesquisa muito interessante depois a gente pode colocar aqui a referência, mas que mostra que a profissão docente é uma das profissões onde você tem mais invasão do trabalho na vida. Aquela coisa de levar trabalho para casa e agora que nós estamos em casa o trabalho ele foi aumentado também. Ele ficou mais gritante e sobretudo sobrecarregando as mulheres. Bom, não vou nem chover no molhado, a gente sabe que tem uma divisão sexual do trabalho e que as mulheres cuidam mais das crianças, dos idosos, do trabalho, lavar roupa, passar roupa e não sei o que e na docência, a trabalhadora docente ela não conta, na maioria das vezes, com o apoio de outro profissional doméstico, em geral a empregada doméstica, a maioria não tem isso, elas mesmas fazem estes trabalhos domésticos. Então é uma situação muito preocupante do ponto de vista do adoecimento que isso pode trazer.

Só a última questão que eu vou falar é que a Daniele colocou das conveniadas. A gente ainda tem muita dificuldade em pesquisar conveniadas no Brasil, primeiro porque ainda é um campo obscuro de representação. A representação das conveniadas nem sempre são os sindicatos da educação, estão no sindicato da assistência social. Nós tentamos mobilizar, por exemplo, aqui em Minas o SENALBA etc, o movimento de lutas por creches que aqui em Belo Horizonte está tirando a palavra luta, estão virando o movimento de creches por uma série de injunções, que a gente tem que conhecer um pouco mais. Então dificulta chegar neste universo das conveniadas. Não é uma questão só que a pesquisa tornou invisível essa situação, essa situação ela precisa ser mais pesquisada no Brasil, essa oferta. Quem são esses atores, que não só persistem na oferta de educação no Brasil, como aumentam a sua presença. Quer dizer, é cada vez mais demandado o convênio na educação infantil e a gente, infelizmente, ainda conhece

pouco e a representação associativa, sindical de luta destas trabalhadoras, elas são pouco conhecidas. Nós tivemos aqui nas respostas o que já indicou, já dá indícios das dificuldades que essas trabalhadoras também estão vivendo na pandemia. Bem obrigada e passo a palavra a Edna.

Angela

Antes de passar para a Edna a Malu ratificou a pergunta dela, está tendo muitas contratações, com exigência de magistério, mas sem a garantia do direito a piso e carreira, Edna essa pergunta vai mais diretamente a ti, a quem recorrer neste caso? A quem a gente pode buscar, também, para a exigibilidade desses direitos para poder formar uma ação que seja um movimento coletivo neste sentido?

Edna

Muitas coisas, sabe Lívia, precisam sair dessa obscuridade porque há alguns anos atrás na questão da disputa pelo concurso, a indicação do concurso, o fórum de Educação Infantil, o Conselho Municipal, todos nós fomos em cima da comissão do concurso porque nós não estávamos lá na comissão do concurso, porque o auxiliar de sala era uma das questões colocadas e nem formação de ensino médio ele tinha e a procuradora da época, ela disse claramente que para limpar bumbum de criança, a bunda de criança, limpar coco e xixi não precisa de formação e ela disse e bateu o martelo, ela era a pessoa da comissão que fechou e os demais fecharam com ela, resultado: nós tivemos um concurso de nível fundamental para os auxiliares de sala, embora logo em seguida foi aprovado alguma coisa que diz no mínimo a formação do ensino médio e aí se cria o pró-infantil, lembram disso? E que foi essas pessoas que foram ser formadas no pró-infantil para garantir o nível médio.

Então o profissional mais precarizado, sem as condições, esses profissionais, a maioria deles não está em plano de carreira algum, eles não estão ligados a plano de carreira, eles nem aparecem nos planos de carreira. É o enquadramento destes profissionais, a luta primeiro para estar no ensino médio, depois para estar nas carreiras da educação porque não estão. Então é uma luta imensa, e uma luta de dizer olha a gente não gostaria mais que tivesse concurso deste tipo e a gente ganha um monte de inimigos gratuitos com isso. Nós queremos todos como professores da educação e professoras da educação infantil. A gente luta por concursos, não com esta divisão

daquele que cuida e limpa daquele que educa, porque a gente nas nossas pautas de luta está muito claro que não é isso que a gente defende: não a divisão de tarefas de quem limpa e de quem cuida e quem educa! Então isso precisa ficar claro e Malu tem razão, quando se vai contratar é claro que vão preferir contratar com um salário baixo, quem não tem formação, quem pode ser desse jeito no trabalho precarizado. Essa é uma luta a se travar constantemente, é uma luta do coletivo da educação infantil, não apenas desta função ou daquela. As funções da educação infantil todas elas e do conjunto dos trabalhadores da educação infantil, o conjunto de trabalhadores de uma forma geral a questão de combater essa forma precarizada de atendimento e a gente participou, só para lembrar um detalhe que é muito importante, Maceió participou de uma pesquisa, inclusive era com a coordenação da professora Maria Malta Campos, e a gente foi pesquisar junto com a querida Telma Vitória, nós duas estávamos participando desta pesquisa e fomos atrás das conveniadas e aí a gente se deparou com uma realidade tão perversa, de absoluta falta de condições destes espaços, que a gente jamais... olha a possibilidade da regulamentação da lei do Fundeb também regulamentar certos convênios... as exigências precisam aumentar, não rebaixar! Porque daqui a pouco a gente está conveniando com verdadeiros chiqueirinhos, como disse um prefeito aqui: olha nós temos alguns lugares aqui, escolas que parecem um chiqueirinho e ele não quis dizer chiqueirinho porque era um cercadinho não, mas pela condição do que é um chiqueiro de porcos, minha gente! A diferença foi um prefeito daqui, de algum tempo atrás dizendo isso numa fala, que se trai quando se diz uma coisa como essa. Mas ainda bem que se trai quando diz isso, porque há o perigo da gente estar se acomodando com este tipo de coisa em qualquer tipo de convênio. E a gente não pode abrir mão daquilo que a gente tem como direito das infâncias, crianças do local decente, limpo, com condições de brincar.

Eu só queria dizer quando Ângela falou das companheiras que estavam aí se colocando, muito feliz porque a gente fica aqui e eu não tive muitas chances, mas dei uma olhadinha aqui no chat, são companheiras muito queridas e muito generosas com todas nós! E eu fico feliz de revê-las aqui neste espaço e lembrar a Luciana Ostetto, que nós somos companheiras de movimento estudantil minha gente, nem vamos dizer a década aqui para vocês não fiquem assustadas, mas fomos e é uma alegria!

Angela

Valeu Edna, muito obrigada. Obrigada a vocês três. Reforço a quem está nos acompanhando que essa é uma primeira notícia, a primeira vez na verdade que a gente está falando dos resultados desta pesquisa, o primeiro momento que a gente está trazendo a público. Tem um grupo que trabalhou arduamente, ele está lá nominado no nosso relatório depois vocês vão poder acessar eu vi várias colegas que participaram aqui também nos acompanhando. Agradeço ainda a toda equipe de comunicação e à diretoria da Anped e aos/às intérpretes tradutores/as de libras. Hoje a gente vai ter um final diferente com a exibição de um clipe, um clipe com uma música que tem como título *Professora na pandemia*, talvez vocês já tenham ouvido e visto porque circulou, principalmente, nas redes de WhatsApp e Facebook. Essa música é da Estela Nicolau com a participação do Felipe Bemol e esse vídeo foi enviado para a comunicação da Anped como sugestão de conteúdo e ele tem tudo a ver com a temática desse mês de dezembro das *lives* da Anped Presente na Quarentena que trata justamente do tema "2020: um ano em ensino emergencial remoto". Então convido vocês a conferir toda a programação das *lives* da Anped lá no site e até a próxima Anped Presente na Quarentena.

REFERÊNCIAS

ANPEd/MIEIB. **Levantamento junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores de instituições que ofertam educação infantil.** Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: ANPEd: MIEIB, 2020 (*documento digital*).

GESTRADO. **Trabalho docente na educação básica em tempos de pandemia.** Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, UFMG, 2020. Disponível em <<https://gestrado.net.br/>>. Acesso em: 20/set/2020

GESTRADO. **Trabalho docente na educação básica privada em tempos de pandemia.** Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, UFMG, 2020. Disponível em <<https://gestrado.net.br/>>. Acesso em: 20/set/2020

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em 30/set/2020.

MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. **Mapeamento Nacional das Ações das Secretarias e Conselhos de Educação no Período da Pandemia de COVID-19: Análise técnica das respostas das Secretarias de Educação [Planilha Eletrônica].** Brasília: Mieib, 2020. Disponível em <<https://mieib.org.com>>. Acesso em: 10/out/2020.

SILVA, Jefferson; FISHER, Frida. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 3, p. 1- 8, 2020. doi:10.11606/s1518-8787.2020054001547

UNDIME. **Desafios das Secretarias Municipais de Educação na oferta de atividades educacionais não presenciais, 2020.** Disponível em: <<https://educacaoeuapoio.com.br/pesquisa-desafios-das-secretarias-municipais-de-educacao/>>. Acesso em: 20/set/2020

NOTAS

DIREITOS TRABALHISTAS E TRABALHO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA: RESULTADOS DE PESQUISA

Labor rights and remote work in early childhood education during the pandemic: research results

Angela Scalabrin Coutinho

Doutora em Estudos da Criança
Universidade Federal do Paraná
Departamento de Teoria e Prática de Ensino
Curitiba, Brasil
angelamscoutinho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3709-8561>

Edna Lopes

Especialista
Sindicato dos trabalhadores da Educação em Alagoas
SINTEAL
Maceió, Brasil
ednalnascimento7@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3447-6739>

Lívia Fraga Vieira

Doutora em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Administração Escolar
Belo Horizonte, Brasil
liviafraga59@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9036-0151>

Patrícia Vieira Trópia

Doutora em Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Brasil
tropia@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0500-4978>

Endereço de correspondência do principal autor

Setor de Educação – UFPR, Rua Rockfeller, nº 57 - Sala 227, Rebouças - Curitiba – Paraná, CEP: 80230-130.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração das demais autoras do relatório de pesquisa, base deste texto: Adelaide Alves Dias, Ana Lúcia Goulart de Faria, Andréa Simões Rivero, Conceição Gislâne Nóbrega, Denise Maria de Carvalho Lopes, Elaine Luciana Sobral Dantas, Gioconda Ghiggi, Lenira Haddad, Maria Renata Alonso Mota e Mércia de Figueiredo Noronha Pinto

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. S. Coutinho, E. Lopes, L. F. Vieira, P. Trópia

Coleta de dados: A. S. Coutinho, E. Lopes, L. F. Vieira, P. Trópia

Análise de dados: A. S. Coutinho, E. Lopes, L. F. Vieira, P. Trópia

Discussão dos resultados: A. S. Coutinho, E. Lopes, L. F. Vieira, P. Trópia

Revisão e aprovação: A. S. Coutinho, E. Lopes, L. F. Vieira, P. Trópia

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Informar conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, e/ou possíveis vieses temáticos. Se não houver, mencionar: Não se aplica. Para mais informações: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper_CSE.pdf

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 14-12-2020 – Aprovado em: 14-12-2020